

Laboratório de Mabuse

A fantástica tabela de cálculo dos salários dos brasileiros, tão exotérica que parece saída do laboratório do doutor Mabuse, destinada a orientar a política salarial de um governo perdido em meio a um caudal de fórmulas, mostra como é difícil viver num país que se dedica, por influência dos economistas, a viver mais de fórmulas do que de soluções.

A famosa fórmula de Einstein, estabelecendo que a energia é igual à massa vezes a velocidade da luz ao quadrado ($E = m \times c^2$), é muito mais simples do que o cálculo dos salários no Brasil e no entanto é mais uma solução do que uma fórmula, exatamente porque representa, ao contrário da fórmula dos salários, uma síntese. Todas as sínteses, como a síntese de Newton sobre a gravitação universal, representam grandes passos para a solução dos problemas.

No Brasil de hoje, e de maneira dramática na Argentina, os economistas assumiram um papel preponderante na condução dos problemas nacionais de tal forma que, quando o problema irrompia, surgia logo a fórmula — nunca a solução. Na Argentina assolada pela rebelião popular, com os supermercados sendo virados pelo avesso e a inflação anual atingindo a mais de quarenta mil por cento, os economistas continuam a produzir fórmulas como se o laboratório do doutor Mabuse não fechasse nem nos feriados e nem nos fins de semana. Agora mesmo o plano de salvação do futuro ministro da economia é, segundo seus assessores, não um programa econômico, mas um “modelo econométrico” baseado nas idéias do americano Klein, para quem a inflação não surge das emissões, mas da disparidade de preços internos. Pobre Argentina. Quem vai explicar os saques aos supermercados?

Há seis anos um economista francês, Yves Laulan, em visita ao Brasil, acusou o ministro Delfim Netto e o então presidente do Banco Central, Carlos Langoni, de inventarem para consumo externo um país povoado de estatísticas nem sempre confiáveis. O resultado era a criação de dois Brasil, o Brasil real e o Brasil das estatísticas. Sempre que os economistas anunciavam: “Vamos baixar a inflação”, a inflação subia e a dívida externa aumentava graças a empréstimos malucos fundamentados numa avaliação otimista da realidade, segundo a análise de Laulan.

O próprio Laulan, para não deixar de assinar ponto no livro das improbabilidades dos economistas, anunciou em 1983, referindo-se ao Brasil, que quando a inflação brasileira chegasse a duzentos por cento, a ditadura voltava com certeza. Chegou-se, no entanto, no início de 1989 a mais de mil por cento e a previsão não se cumpriu, como também ainda está longe de se cumprir a mesma previsão na Argentina enredada em sua inflação diluviana.

De qualquer maneira, Laulan diagnosticou nos economistas brasileiros uma incapacidade de ler estatísticas, resultando aquilo que os americanos chamam de *creative accounting*, isto é, contas inventadas — a imaginação contábil para mascarar a massa monetária, o déficit público. Quando os economistas, a exemplo do que acontece no Brasil e em grau maior ainda na Argentina, empolgam o poder, relegando a segundo plano os administradores com sensibilidade política, tudo pode acontecer. A chamada “musa do Plano Cruzado”, Maria da Conceição Tavares, reco-

nheceu, depois de todas as estrepolias provocadas no Brasil nos últimos tempos: “Todas as vezes que os economistas tiveram algum tipo de poder de decisão, os resultados não foram bons.” Foram na verdade desastrosos. Sempre que surge uma nova estrela ou nova musa da economia o país começa a tremer.

Os economistas só não arruinaram de vez o Brasil porque houve uma forte resistência das outras áreas da sociedade. Alguns deles até fizeram autocritica (cada pacote fracassado descobria mais o cobertor da improvisação) e reconheceram que na prática suas teses, por mais consistentes que eles próprios as considerassem, sozinhas não levavam a nada. Cada avalanche de problemas correspondia a uma avalanche de explicações: sucessivamente o déficit público, o excesso de estatização, a dívida interna, a dívida externa, eram responsabilizados pelas crises periódicas, mas, apesar disto, as crises continuavam a existir, porque os economistas instituíram o hábito de estabelecer a fórmula e deixar o problema intocado.

Boa parte dos economistas no poder jamais teve contato com gente de negócios e muito menos com a iniciativa privada que pretende servir, mas do alto do emprego público. A ambigüidade da situação se expressa na ambigüidade de suas frases, que são longas, sinuosas e tão incompreensíveis quanto as fórmulas que povoam seus textos. Uma pesquisa recente feita na UFRJ sobre o *economês* destacou uma frase do economista Langoni para exemplificar a obscuridade do pensamento: “A estabilidade relativa da relação investimento/produto, e a taxa agregada de retorno resultam em apenas um pequeno erro na estimativa de contribuição futura do capital físico, que deriva da tendência declinante de sua participação relativa (e, portanto, da sua elasticidade produto)”...

Obscuridade à parte, todos os economistas que em governos recentes se utilizaram da retórica privatizante foram os que mais trabalharam pela estatização voraz, demonstrando que falavam ou para enganar o público ou então para enganar a si mesmos na floresta de fórmulas hoje responsável por uma grande confusão nacional, ou então as duas coisas ao mesmo tempo. Quando citam o Japão e a Coreia, entre outros países, como exemplos de sucesso na iniciativa privada, esquecem-se de dizer que nesses países a presença do estado é poderosíssima em todos os setores, incluindo o bancário; na Coreia o estado interfere, mas se fez a reforma agrária, o salário cresceu, os preços do mercado interno são rigidamente controlados, e nem por isto o capitalismo deixou de registrar vitórias importantes. Mais do que sistemas, trata-se de competência, coisa que no Brasil está em déficit.

Tivemos a época do apogeu dos bacharéis em direito, depois a época dos engenheiros, depois a dos médicos e agora estamos na dos economistas. Em todas elas faltou o equilíbrio necessário para afinar a consciência nacional com a necessidade de um desenvolvimento harmônico de todos os setores. Aqui, quando o Estado intervém, é para desorganizar a economia. O Brasil, no entanto, precisa mais do que nunca de economistas que pensem como políticos mas que atuem como artistas. E que os deuses nos livrem dos discípulos de Mabuse que entre uma fórmula e outra acabam desastrosamente revogando as próprias leis da oferta e da procura, por decreto...